

**CLÁUDIA LACHAT**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:  
A VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO  
NA PROVÍNCIA DO GRÃO DO PARÁ NO PERÍODO  
COLONIAL/FASE JESUÍTICA (1549/1759)**

**CAMPINAS**

**2001**

**UNICAMP - FE - BIBLIOTECA**

**CLÁUDIA LACHAT**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:  
A VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO  
NA PROVÍNCIA DO GRÃO DO PARÁ NO PERÍODO  
COLONIAL/FASE JESUÍTICA (1549/1759)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como exigência parcial  
para a conclusão do curso de Pedagogia  
da Faculdade de Educação UNICAMP,  
sob a orientação da Profa. Ediógenes Aragão Santos

**CAMPINAS**

**2001**

---

Profa. Ediógenes Aragão Santos

---

Ernesta Zamboni

*A meus pais, filho e irmãos,*

*Em retribuição ao apoio e carinho  
com que sempre me cercaram.*

*e*

*À minha professora e amiga,  
Ediógenes, que me orientou pelos  
difíceis caminhos do conhecimento.*

*“ Não te afastes do que desconheces.  
Às vezes naquilo que parece estranho  
se oculta a tua verdadeira identidade.”*

*( Marcelo Lachat)*

*“ A democratização da sociedade brasileira  
só será concretizada quando houver  
uma distribuição da renda mais eqüitativa  
associada a uma educação pública  
fundamental de qualidade.”*

*( Ediógenes Aragão)*

## SUMÁRIO

RESUMO .....	07
1. INTRODUÇÃO AO PROBLEMA: A CATEQUESE .....	08
1.1. Considerações sobre o Projeto .....	09
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	10
3. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	11
4. PROCESSO DE ACULTURAÇÃO .....	13
4.1. Fenômenos de Aculturação .....	14
4.1.1. Processo de Integração.....	15
4.1.2. Processo de Assimilação.....	15
4.1.3. Entre os dois pólos .....	16
4.2. A Aculturação no Período Colonial .....	16
4.3. A Sujeição .....	17
5. A IDEOLOGIA DA CATEQUESE .....	19
5.1. A Catequese na Região do Grão-Pará do Maranhão .....	20
5.2. Guerra Justa .....	21
6. A VIOLÊNCIA NO GRÃO-PARÁ .....	23
6.1. Violência/ Resistência: A Repressão à Antropofagia .....	23
6.2. Violência/ Resistência/ Repressão diante dos Comportamentos, Hábitos e Valores dos Nativos .....	24
6.3. Lutas/ Combates e Motins .....	27
6.4. Revolta da população .....	29
7. EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO .....	32
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
9. BIBLIOGRAFIA .....	48

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso partiu da necessidade de aprofundar o estudo sobre a resistência indígena no contexto da História Oficial da Educação tendo como referência a Obra "História da Companhia de Jesus no Brasil" de Serafim Leite – considerado um dos maiores estudiosos das atividades dos jesuítas no Brasil. Na Obra citada Serafim Leite narra acontecimentos e fatos no período de 1549, quando a Companhia de Jesus chega ao Brasil iniciando a aculturação dos nativos, a 1759, quando os jesuítas são expulsos do Brasil e dos domínios portugueses.

Neste trabalho estarei enfocando a temática da violência, dominação e repressão explicitada no levantamento da obra de Serafim Leite, a qual foram submetidos os nativos no processo de aculturação e colonização na Província do Grão-Pará, focalizando a resistência indígena, as lutas, motins, revoltas, combates, confrontos, guerras, rebeliões e cooperações.

Este trabalho consiste numa problematização da Historiografia da Educação Brasileira no período colonial/ fase jesuítica, na província do Grão do Pará.

Dando ênfase a resistência indígena frente ao processo de aculturação, diante do confronto de duas culturas vivendo em tempos históricos distintos.

A identificação dos conflitos/ contradições sociais provenientes do transplante cultural (dominação, repressão e violência) contribuem para que uma nova interpretação da História da Educação do período colonial, na fase jesuítica.

## 1. INTRODUÇÃO AO PROBLEMA: A CATEQUESE

Por meio da catequese a Companhia de Jesus abrandava a resistência indígena através do ensino da religião e na alfabetização em tupi-guarani, através da tradução para a língua indígena dos cantos e orações. Os critérios adotados para a escolha da "clientela" freqüentadora das missões revelam as intenções do colonizador, pois eram escolhidos os filhos dos caciques para serem aculturados aos valores da civilização ocidental cristã, garantindo, assim, a influência destes sobre os adultos e simultaneamente protegendo os núcleos de colonização portuguesa dos ataques indígenas, assegurando a penetração dos padrões culturais europeus e da religião cristã, necessários à dominação no Brasil colonial – Paiva (1973) em sua obra aponta também estes argumentos no processo de aculturação. Percebe-se, portanto, que a organização escolar no Brasil Colônia está vinculada a política colonizadora dos portugueses desde os primórdios da expansão e domínio portugueses no Novo Mundo.

A situação colonial, segundo Memmi (1977) é um fenômeno que requer o emprego das categorias de totalidade, contradição, alienação e dialética; tal totalidade é constituída por interesses antagônicos (colonizado *versus* colonizador) e muitas vezes inconciliáveis. Em um primeiro momento, a contradição aparece mascarada pela aparente acomodação do povo nativo, o qual parece convencer-se da superioridade do colonizador e por ele se fascina, deixando-se oprimir e explorar. No entanto, cedo ou tarde, o inconformismo é declarado: “Por que deveriam, êles que não são cristãos, retribuir o desprezo e o desamor dos cristãos com a compreensão, a tolerância e a generosidade?” (Memmi, 1977: 13/14), desencadeando assim o rompimento do falso equilíbrio e, conseqüentemente, lutas e revoltas.

A dominação dos nativos por culturas e/ou povos europeus “exigiu” guerras de extermínio e de aprisionamento de escravos que resultaram em uma imensa perda humana; pois, conforme Novaes (1971) os processos de aculturação/ colonização consistiram, em parte, na dominação e na exploração de grupos humanos, classes sociais, ou de povos uns pelos outros. Para

Ribeiro e Moreira (1992) o processo de aculturação por meio da catequese pode ser considerado a terceira peste da civilização, pois através da educação jesuítica se matava a alma dos povos ao desmoralizar suas crenças; dessa forma o homem branco e cristão moldou boa parte do mundo a seu favor, visando alcançar os próprios interesses.

Porém, segundo Wachtel (1976) “a aculturação não se reduz a uma única marcha, à simples passagem da cultura indígena à cultura ocidental; existe um processo inverso, pelo qual a cultura indígena integra os elementos europeus sem perder suas características originais. Essa dupla polaridade confirma que a aculturação não pode ser reduzida à difusão, no espaço e no tempo, de traços culturais arbitrariamente isolados: trata-se de um fenômeno global que compromete toda a sociedade”. (p.114)

## **1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO**

Existe a necessidade de recuarmos no tempo e analisarmos a partir da historiografia, da imagem oficial deixada pelo colonizador, enfatizando que muitas análises produzidas pela historiografia sobre a educação no período Colonial não trata da ambigüidade e/ou complexidade da relação colonizador/colonizado, ou quando o fazem, os fatos educacionais e culturais são isolados do contexto histórico, político e social que lhes dão origem.

Considerando que os discursos dominantes de uma sociedade num determinado período de sua história desprezam e dissimulam certos acontecimentos, pretendeu-se fornecer elementos que auxiliassem e contribuíssem para uma nova leitura e interpretação da História da Educação Brasileira no período colonial, tendo como principal enfoque a resistência indígena ao processo de aculturação.

Pretendeu-se: destacar e evidenciar as rebeliões, conflitos e combates entre colonos e nativos, nos quais a violência e a repressão se fizeram presentes; destacando as punições ministradas em caso de revoltas; identificar a violência no processo de colonização na fase jesuítica; destacar a resistência indígena do processo de aculturação e dominação.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base nas informações coletadas no Levantamento cronológico da obra de Serafim Leite (ANEXO 1), Tomo III – Séculos XVII e XVIII: Norte: Fundações e Entradas (ANEXO 2) e Tomo IV – Séculos XVII e XVIII – Norte: A Obra e Assuntos Gerais (ANEXO 3), resultante do projeto de iniciação científica, destacamos a violência no processo de colonização e a resistência indígena ao processo de aculturação e dominação no Grão-Pará.

Selecionando as lutas, motins, revoltas, combates, confrontos, guerras e rebeliões, recuperamos a imagem oficial deixada pelo colonizador através da narrativa de Serafim Leite confrontando-a com a produção de outros autores (Memmi, Holanda, Ribeiro, entre outros) que trabalham com a mesma temática, no período mais recente.

Através de uma abordagem historiográfica, pretendeu-se registrar as formas de resistência nativa diante da catequização e colonização; sempre com a preocupação voltada em revelar como os autores que trabalham a temática na História da Educação Brasileira, suprimem fatos, ações que possibilitariam, ao menos parcialmente, evidenciar as lacunas existentes na Historiografia da Educação Brasileira, buscando pistas sobre a resistência indígena à conversão da fé católica, bem como ao processo de aculturação à civilização ocidental cristã.

Para a realização deste, utilizou-se as seguintes etapas: identificar e catalogar os choques entre colonos e nativos, nos quais a violência e a repressão se fizeram presentes; identificar, registrar e catalogar as punições ministradas em caso de revoltas, por parte do Estado ou da Igreja, diante da resistência ao processo de aculturação por parte dos brasilíndios; classificar os tipos de lutas, motins e revoltas indígenas.

As informações coletadas foram classificadas em quatro categorias: 1-) Violência/ repressão: a resistência diante da antropofagia; 2-) Violência/ resistência/ repressão diante dos comportamentos, hábitos e valores dos nativos; 3-) Lutas/ combates/ motins; 4-) revoltas da população, através das quais analisamos e interpretamos o período.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo Novaes (1971), a colonização se apresenta como um desdobramento da expansão marítimo-comercial européia, assinalando a abertura dos Tempos Modernos. Inserido no processo de superação de barreiras ao desenvolvimento da economia mercantil e ao fortalecimento das camadas burguesas e urbanas, o sistema colonial submeteu diversos territórios aos interesses das grandes potências através do monopólio de seus comércios e da utilização da política mercantilista. Assim, a história do sistema geral de colonização européia moderna determinou a organização econômica e social de diversas colônias de exploração da Europa, incluindo o Brasil.

Além da política mercantilista e do monopólio comercial, as reformas religiosas também tiveram importância no processo de expansão; pois é no contexto da Contra- Reforma – movimento que resultou no surgimento da Companhia de Jesus, a fim de difundir a fé católica e barrar a Reforma – que ocorre a colonização portuguesa do território brasileiro.

Frente as dificuldades encontradas com o regime das capitânicas hereditárias, D. João III em 17/12/1548 cria uma nova política: o Regimento. Entre as diretrizes básicas constantes neste, existe uma referente à conversão dos indígenas à fé católica pela instrução e pela catequese; a importância desta problemática é evidenciada por historiadores da educação, através da afirmação que: "dele dependeria (...) o êxito da arrojada empresa colonizadora; pois que, somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas (...)" (Mattos, 1958: 31).

A vinda dos jesuítas ao Brasil é considerada como uma das razões essenciais que propiciou o êxito da colonização. Por meio da catequese a Companhia de Jesus abrandava a resistência indígena através do ensino da religião e da língua aos nativos e garante a posse do território.

Através da análise do primeiro plano educacional, elaborado pelo Padre Manuel da Nóbrega, constata-se a intenção de instruir e catequizar os

indígenas, bem como a necessidade de educar os filhos dos colonos. Neste sentido, o plano original de estudos foi formulado com a intenção de atender diversos interesses e capacidades, iniciando pelo ensino do português, incluindo o aprendizado da doutrina cristã e a escola de ler e escrever; a partir daí, dependendo das condições sociais e econômicas ocorreria uma separação, de um lado o aprendizado agrícola e profissional, e de outro, as aulas de gramática e viagens de estudos à Europa. O "*Ratio Studiorum*", plano de estudos da Companhia de Jesus publicado em 1599, preocupado com a possibilidade de uma autonomia local, suprime as aulas dedicadas à aprendizagem profissional, concentrando sua orientação na formação dos elementos de origem européia, voltando-se prioritariamente para a formação das elites coloniais. Assim, os indígenas eram catequizados enquanto os descendentes dos colonizadores eram instruídos e preparados intelectualmente segundo modelo e princípios da Companhia de Jesus, recebendo uma formação escolástica extremamente rígida.

Portanto, a Companhia de Jesus se tornou a ordem dominante no campo educacional, com autonomia e não mantendo vinculação específica com nenhum governo civil. Acrescentou-se a isto o fato de que os melhores alunos eram selecionados para estudarem teologia e permanecerem membros da Ordem, e os demais jovens das elites eram obrigados a completar os estudos em Coimbra beneficiando a própria Companhia. Na união da Igreja, via Companhia de Jesus, com o Estado português, os apóstolos da ordem acumularam recursos, bens e riquezas através dos acordos e alianças feitas com o Estado. Dois séculos mais tarde, no governo de D. José I, o Iluminismo ganhou espaço nas cortes portuguesas, os interesses entre Estado e Companhia, entraram em choque, resultando na expulsão da Companhia de Jesus (1759).

## 4. PROCESSO DE ACULTURAÇÃO

Segundo o Dicionário Aurélio (1970), o termo aculturação designa: “influência recíproca de elementos culturais entre grupos de indivíduos” (p.47). Mas quais seriam essas influências? Quais contatos? Quais culturas? Nesse caso, estaríamos falando do processo de aculturação ocorrido no contato da cultura indígena com a européia, vivendo em tempos históricos distintos, no período colonial, fase jesuítica, através da catequização.

Segundo Wachtel (1976) os estudos sobre aculturação respondem, inicialmente aos problemas das situações coloniais, comportando uma idéia de supremacia da cultura européia.

Na linguagem corrente, “aculturado” equivale a “evoluído”, como se como se fosse um processo correspondendo a um progresso onde o indivíduo ou a sociedade se aproximasse de um modelo, no caso – ocidental. Porém esta visão está hoje ultrapassada, apesar de alguns autores utilizarem para designar culturas diferentes tal termo.

A aculturação não pode ser reduzida a uma única e simples marcha – a passagem da cultura indígena à cultura ocidental cristã. Existe, também, um processo inverso, pelo qual a cultura indígena integra elementos europeus sem perder suas originais características. Assim, a aculturação não se reduz á difusão, no tempo e espaço, de alguns aspectos culturais isolados; trata-se, pois, de um fenômeno integrado comprometendo toda a sociedade.

Para Wachtel (1976), as culturas vivem, somente, sustentadas por grupos humanos, adaptados a um meio e comprometidos numa história, não sendo entidades abstratas. Além do mais, “ os contatos culturais nem sempre colocam em presença todos os representantes de uma mesma sociedade; jesuítas das missões espanholas, mineiros, *hacendados* ou oficiais reais, caçadores franceses do Canadá ou colonos anglo-americanos encarnam aspectos parciais das sociedades de onde provêm. Ou seja, uma primeira série de variáveis que se combina com uma Segunda, a das diversas sociedades indígenas. Ora, parece que a natureza dessas últimas (à qual os novos senhores devem adaptar as formas de sua dominação), mais as variantes

européias, determina o caráter e os resultados da aculturação”. (Wachtel, 1976: 115)

Durante o processo de aculturação, a sociedade “dominante” (jesuítas) não estabelece de imediato e nem obrigatoriamente, um controle direto sobre a sociedade aculturada ( índios), sendo suficiente a presença pela proximidade, pela ameaça que exerce ou seu prestígio.

Podemos distinguir, no interior da noção de dominação, dois tipos de contatos: no primeiro, um grupo estranho estabelece o controle direto sobre a sociedade dominada, cujo processo de aculturação ele dirige, através da violência, ou por uma série de punições mais difusas, revelando dois sistemas de valores, um da sociedade dominada e outro da dominante; no outro caso, a sociedade indígena, livre de quaisquer controles diretos, adota de forma espontânea certos elementos da cultura ocidental, se submetendo-se só as esquemas e ás sanções da sociedade indígena.

Na situação colonial propriamente, “os membros da sociedade dominada experimentam a intervenção estrangeira como um atentado à sua tradição, e essa agressão pode desencadear determinadas formas de recusa; enquanto que nas fronteiras a aculturação livremente aceita e obedece aos dinamismos internos da sociedade indígena” (Wachtel, 1976: 116), por exemplo em 1541– Nóbrega celebrou a festa do Corpo de Deus, enquanto em outra cabana, os Índios Tamoios roíam a canela de um homem que tinham matado (Leite, 1945, Vol III.)

#### **4.1. FENÔMENOS DE ACULTURAÇÃO**

Os fenômenos de aculturação, tanto em seu processo quanto em seus resultados, segundo Wachtel (1976) dividem-se em dois pólos: um pode ser designado pelo termo *integração*, outro por *assimilação*.

#### **4.1.1. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO**

Neste processo, os elementos estranhos são incorporados ao sistema indígena, submetendo-os a suas categorias e esquemas próprios. Mesmo provocando transformações no conjunto da sociedade, essa reorganização adquire sentido no interior dos valores e modelos aborígenes, ou seja, os indígenas incorporam esses novos elementos vindos de uma outra cultura, para a sua, porém os submetem a uma reorganização de forma que criem outros significados, de acordo com seus valores e crenças.

A integração corresponde normalmente aos casos de aculturação espontânea, ou é produzida no início da dominação. Por exemplo: no caso brasileiro, quando em 1574 foram alguns Índios do Rio Real à baía a convidar os Padres para fundarem igrejas nas suas terras. O Provincial, verificando que o pedido era sincero, acedeu e enviou o P. Gaspar Lourenço e o Irmão João Salóni. (Leite, 1945, Vol.III, p.440)

#### **4.1.2. PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO**

No processo de assimilação, ocorre o fenômeno inverso, adota-se elementos europeus eliminando-se as tradições indígenas, que se submetem aos valores e modelos da sociedade dominante; assim, ao final deste processo a identidade étnica dos povos indígenas se dissolve nas variantes da cultura ocidental.

Tal processo ocorreu em alguns momentos da colonização, como por exemplo em 1551 quando os meninos órfãos, os mamelucos e os filhos dos índios começam a fugir de suas aldeias para os padres (Leite, 1945, Vol.III).

A assimilação aparece, na escala da sociedade global, após um grande período de controle direto.

### 4.1.3. ENTRE OS DOIS PÓLOS

Entre a integração e assimilação encontra-se alguns tipos de intermediários. É o caso dos muitos sincretismos, correspondendo a combinações de elementos vindos de culturas distintas, mas dando lugar a um sistema novo ordenado conforme princípios diferentes que regiam os sistemas originais, por exemplo: adotam a cultura de produtos europeus, aceitam crenças e cerimônias cristãs, sem confundi-las com sua religião ou costumes tradicionais, que é praticada clandestinamente, como em 1563 quando os Padres Nóbrega e Anchieta atravessam a aldeia de *Pindobuçu* a de *Cunhambeba*, onde Nóbrega celebra a missa festiva e cristã do Corpo de Deus; os *Cunhanbeba*, na mesma aldeia, convidava os da outra a participar de sua festa gentia, roendo, conforme relatos de Anchieta, a canela de um escravo dos Portugueses (Leite, 1945, Vol.III).

A integração, assimilação, sincretismo e disjunção são processos de aculturação, ligados aos tipos de contato, podem, numa mesma sociedade, suceder-se no tempo. Ambas conduzem a sistemas relativamente estáveis, dispostos conforme uma lógica própria.

Um outro tipo intermediário, é definido pela tensão, vivida no dia-a-dia, entre as duas culturas: "trata-se dos casos, numerosos, de dualidade cultural, onde determinados indivíduos se conformam com as regras e valores da sociedade dominante quando se encontram entre os representantes dessa última, mas retomam os traços e os valores da sociedade dominada quando retornam ao seu meio de origem". (Wachtel, 1976:119)

## 4.2. ACULTURAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL

No encontro entre os jesuítas e os índios no Brasil, na fase jesuítica, pode-se dizer que houve em grande parte uma dominação direta, onde o ponto de partida do processo foi a crise gerada na cultura indígena, pela razão da cultura jesuítica (européia) lhe ser imposta como modelo pelas armas e pela

força. Por exemplo: não era aceito que os índios manifestassem outra religião, além da cristã; seus costumes e hábitos eram negados, os padres pregavam os sacramentos de alianças matrimoniais, para combater a poligamia, eram batizados, freqüentavam missas... Tais aspectos ficam bem evidentes, nessa passagem da Obra de Serafim Leite, quando em 1553 o Padre Manuel da Nóbrega escreve uma carta para Portugal, inicialmente pedindo que se investigue se ainda vive a mulher do português João Ramalho, para que este case com a índia mãe de seus filhos, e posteriormente pedindo dispensa dos impedimentos de afinidade, consangüinidade e honestidade pública para resolução de diversas questões conjugais, as quais importava regularizar segundo as leis civis e religiosas (Leite, 1945, Vol.III)

Em todos os casos, a subordinação da sociedade indígena e sua forçada inclusão no novo contexto colonial levam à desintegração, quase completa, das tradições indígenas, sobrevivendo, somente, fragmentos disjuntos.

Pode ou não haver adaptação e reestruturação, mas os conflitos internos sempre se desenvolvem, deslocamentos entre o antigo e o novo ocorrem, e distorções acentuam a desigualdade dos diferentes ritmos de tempo.

### **4.3. A SUJEIÇÃO**

Entre a cultura dos jesuítas e indígena não existia uma organização econômica igual, impunha-se uma sujeição escravizadora, por fazer dos índios, mais rapidamente, instrumento de produção. Com a sujeição, impunha-se administração, governo, regime e modo de vida novos, enfim, impunha-se a cultura e os objetivos portugueses.

Essa sujeição era feita por via pacífica, através da aceitação, por exemplo, quando em 1559 – O governador Mem de Sá abre, com a ajuda e colaboração dos índios dos aldeados pelos jesuítas, caminho de três léguas para homens e cavalos durante a guerra de Paraguaçu (Leite, 1945,

Vol.III) ou por meio de guerras, como em setembro de 1655 - para conquistar a Deus, para desfazer o encanto, e prevenir alianças com os Holandeses, o Governador André Vital de Negreiros, a pedido da Câmara do Pará, convocou a Junta de Missões , sobre a guerra que faziam aos Portugueses os Índios da Ilha de Joane. E resolveu-se que aos Aruãs e Anajás podia-se logo fazer guerra, porque eles a começaram, sem os Portugueses terem dado motivo. Aos Nheengaíbas não, porque algum motivo lhes tinham dado. Que a estes se propusessem primeiro as pazes e se eles não as aceitassem com as garantias necessárias, então lhes fizesse guerra.(Leite, 1945, Vol.III: p.237)

A partir da sujeição que se poderia pensar num trabalho sistemático de imposição cultural, sobretudo a cargo da catequese.

## 5. A IDEOLOGIA DA CATEQUESE

A catequese, na prática, “reduzia o índio à condição de grupo inferiorizado dentro da sociedade portuguesa. Por ela o índio foi sendo despojado de sua própria cultura, para atender aos interesses maiores do estamento mercantil português. (...) Ela ( a catequese) delineia bem o contraste entre as duas culturas em jogo, a indígena e a portuguesa.” ( Paiva, 1978: 55)

Os índios não tinham condições de classificar e distinguir os vários tipos de ação que sofriam, como a colonização e a evangelização, e nem a diversidade de objetivos dos diversos grupos: missionários, colonos e governo. Recebiam o impacto da colonização, retirando seu sossego e pondo-os em uma nova situação, exigindo-lhes trabalho braçal, participação nas guerras, mudança de costumes e doutrinação. Tais aspectos ficam bem visíveis nesta passagem da Obra de Leite (1945): “ Em 1551 houve Guerra promovida pelo governador Tomé de Souza e cidade da Bahia contra um gentio de uma aldeia dos arredores que matara e comera quatro portugueses que foram de barco até a aldeia; a este gentio reunia-se outro do sertão. Muitos índios já batizados acompanhavam os moradores nesta guerra, a qual foi breve pois o gentio fugiu. A ida de Padre Manuel da Nóbrega à guerra inicia na Companhia de Jesus a “capelania militar”; (Vol. III: p. 165)

Porém, em muitos momentos houveram conflitos, a catequese dos padres não foi aceita tranquilamente, tratava-se de um embate de diferentes culturas. Dessa forma, os índios não assistiam passivamente à dominação da terra, eles se defendiam em todos os sentidos e, quando não podiam, fugiam. Fica bem clara, a resistência indígena ao processo de aculturação nesse trecho: Em 1755 “o P. David Fay, missionário dos Guajajaras, na Aldeia de S. Francisco do Carará, conseguiu praticar os Amanajós a que descessem e aldeassem. A redução dos Índios Amanajós, que por muito tempo tinham resistido à empresa da civilização, foi o último ato importante dos Jesuítas no Rio Pindaré”. (Leite, T.III, p.195)

A Companhia de Jesus foi fundada para difundir a Palavra de Deus a povos que não a conheciam. “Dirigem-se a homens que não são, portanto,

iguais em si – e quer transformá-los para incorporá-los à cristandade. Duas diferenças primeiras: não são padres e não são cristãos. Uma semelhança: são *homens*. É esta semelhança somada àquelas diferenças que dão a possibilidade e o sentido do plano catequético. A catequese é, então, um esforço racionalmente feito para conquistar homens; é um esforço para acentuar a semelhança e apagar as diferenças” ( Neves, 1978: p.45)

Nesta passagem da Obra de Leite, percebe-se a idéia dos jesuítas “conquistar homens”, acentuando a semelhança, já que estes índios seriam cristãos, independente de mudar o meio em que vive e conseqüentemente seus costumes: “em 1552 o Padre Manuel da Nóbrega chega a conclusão de que na dispersão em que viviam os índios não haviam garantias de perseverança, e fora da assistência dos padres não se educariam cristãmente os filhos indígenas” ( Leite, 1945, Vol. IV)

## **5.1. CATEQUESE NA REGIÃO DO GRÃO DO PARÁ/ MARANHÃO**

D. João I foi guiado pela idéia do “serviço de Deus” na sua empresa. Sob este pensamento, Portugal alicerçou a sua glória, abrindo a era das viagens e descobrimentos modernos.

No séc. XVI, em Portugal, reinava D. João III, quando fundou-se a Companhia de Jesus, como reação contra a desagregação doutrinária da Europa.

A Província do Brasil fazia parte da Assistência de Portugal e esta era uma das que formavam a Companhia de Jesus.

No Brasil nenhuma instituição foi tão popular como a Companhia de Jesus.

O século XVII abre a conquista do Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Nesta imensa área ficam os dois campos mais violentamente opostos do Brasil, a Amazônia e o Ceará.

A conquista do Amazonas iniciou-se na primeira metade do século XVII. Já a conquista do Maranhão e do Ceará foram escalões preliminares. A medida que se realizava uma nova conquista diminuía-se a importância da anterior. Ou

seja, conquistando o Maranhão, o prestígio do Ceará foi baixado, tornando-se ponto de apoio e segurança para aquele. Conquistado o Amazonas, com a fundação de Belém do Pará, logo a hegemonia do estado do Maranhão se deslocou de S. Luiz para Belém.

A catequese dessas regiões caracterizou-se pelo duplo aspecto dinâmico e estático, as entradas e os Aldeamentos; "só com os núcleos de povoação, Aldeias e Fortalezas, a cruz e a espada, o elemento moral e o elemento da autoridade, se fixavam com segurança os marcos civilizadores."(Leite, p.XII, 1943), devido as condições particulares da América, os Jesuítas foram, além de missionários, colonizadores.

## 5.2. GUERRA JUSTA

As causas legítimas da guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidade contra aliados portugueses e vassallos, em especial a violência contra pregadores e a quebra de pactos celebrados.

O franciscano Álvaro Pais é sempre citado como precursor da doutrina da guerra justa em Portugal, já que no século XVI, a havia definido em função de diversos fatores: " só haveria guerra justa se preexistisse uma injustiça do adversário, se fosse conduzida com boas intenções ( não seria justa a guerra movida por ambição, ódio ou vingança), se fosse declarada por uma autoridade competente ( um príncipe ou a Igreja) (Merea apud Moisés, 1992: 123). A idéia de guerra justa, é bem explicitada nos seguintes trechos da Obra de Serafim Leite (1945): Em setembro de 1655 ocorreu a Convocação da Junta de missões a respeito da guerra que faziam aos Portugueses os Índios da Ilha de Joane (T.III: p.237), nesse mesmo ano houve permissão de fazer guerra aos Aruãs e Anajás (T.III: p.237) e a Proibição de guerra aos Nheengaibas" (T.III: p.237).

Os jesuítas têm como forma primeira e preferencial de conversão o "convencimento". Pretendem que o índio entenda a doutrina cristã através da razão atingida por práticas pedagógicas, institucionais ou não. Porém, a partir

do momento em que essa estratégia do "convencimento" - como quando em 1574 se introduziu nas aldeias dos Índios a maneira de pregar, "que se tem com os brancos, para que em tudo vão já perdendo os costumes dos seus antepassados e afeiçoando-se aos nossos" ( Leite, 1945, Vol.IV: p.156) - se mostra insuficiente para a conversão, passam a aceitar a idéia de guerra justa para que fossem "domados". A "incorporação da guerra como modo de converter não significa uma rejeição da antiga ideologia educacional de "convencimento"; ambas coexistem. A guerra vitoriosa tem não somente resultados políticos-militares-econômicos "leigos"; ela tem um valor pedagógico próprio, que é o do 'exemplo' ." (Neves, 1978: 68)

## 6. A VIOLÊNCIA NO GRÃO-PARÁ

A partir das informações coletadas na da Obra de Serafim Leite, classificadas em quatro categorias, dos fatos considerados essenciais para a compreensão da violência no processo de colonização no Grão-Pará, faremos a análise e interpretação.

### 6.1. VIOLÊNCIA/ RESISTÊNCIA: A REPRESSÃO DIANTE DA ANTROPOFAGIA

Os jesuítas julgavam seus costumes, hábitos e valores superiores e corretos, querendo impô-los a qualquer custo aos nativos. Dessa forma combatiam com violência, repreendendo valores naturais de algumas tribos indígenas, como a antropofagia. Este aspecto fica bem evidente em algumas passagens da Obra de Serafim Leite(1945): " em Julho de 1559 através de carta ao provincial, padres e irmãos de Portugal, Padre Manuel da Nóbrega anuncia a decaída do costume de comer carne humana e o castigo daqueles que o fazem" (Vol.III: p.107); em 1549 a antropofagia, considerada costume antinatural pela civilização ocidental moderna, começa a ser combatido pelos padres da Companhia de Jesus, desde primórdios da colonização, constataram ser este um valor natural de algumas tribos indígenas no Brasil (Tomo III); em 1742 o Padre Luiz Álvaro tirou dos Índios Tapajós e Cainás cerca de 16 ídolos de corpos (T.IV: p.305).

A respeito disso, no livro *Visão do Paraíso* (1959), de Sérgio Buarque de Holanda faz várias menções ditas e escritas por Padres jesuítas, porém, ressaltarei somente duas: os índios " são cãis em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem, e esta deve ser a razão porque alguns Padres que do Reino vierão, os vejo resfriados, porque vinhão cuidando de converter a todo brasil em huma hora, e vem-se que não podem converter hum em hum anno por sua rudeza e bestialidade" (p.373); "se

ensoberbecem e fazem piores com afagos e bom tratamento (...), sendo bem tratados, e doutrinados, com isso se fizeram piores, vendo que se não castigavam os maus culpados nas mortes passadas, e com severidade e castigo se humilham e sujeitam (...). O remédio era, pois, domá-los por temor e sujeição” (p.377)

Em muitos momentos, os Padres Jesuítas acabavam se colocando entre as questões de duas tribos indígenas, para combater a antropofagia, como, por exemplo, em 28 de Maio de 1563 celebrou-se em Iperoig, na casa em que Padre Nóbrega se hospedava, a reunião para as pazes, na qual os Tamoios propuseram que os tupis contrários aos Portugueses se entregassem para estes os matarem e comerem. Entretanto, Nóbrega foi contrário a tal proposta ainda que a recusa viesse a custar sua própria vida como refém em Iperoig (Tomo III). Porém, os índios resistiam nos seus hábitos antropofágicos, pois em 1643, Serafim Leite, ainda registra a ocorrência deste, no Grão-Pará, “O Padre Luís Figueira e um grande grupo de missionários, sofreram um naufrago, uns morreram durante o incidente, outros foram devorados pelos bárbaros da ilha do Marajó (Pará)” (Leite, 1945, Vol.III: p.156)

## **6.2. VIOLÊNCIA/ RESISTÊNCIA/ REPRESSÃO DIANTE DOS COMPORTAMENTOS, HÁBITOS E VALORES DOS NATIVOS**

Através da Educação jesuítica o homem branco e cristão moldou o mundo, conforme seus interesses, matando a alma, crenças, costumes e cultura dos povos indígenas, pois com a catequização os jesuítas “procuraram destruir, ou pelo menos castrar, tudo o que fosse expressão viril de cultura artísticas ou religiosa em desacordo com a moral católica e as convenções européias. Separaram a arte da vida. Lançaram os fundamentos no Brasil para uma arte, não de expressão, de alongamento da vida e da experiência física e psíquica do indivíduo e do grupo social; mas de composição, de exercício, de caligrafia” ( Freyre, 1987: 180). Muitas vezes, justificando a necessidade de tal atitude devido a inferioridade dos índios, “em 1549 o Padre Nóbrega intervém a favor de uns índios Carijós que estavam injustamente cativos; o ouvidor geral

mandou-os por em liberdade –este foi o primeiro ato de uma série de intervenções dos padres da Companhia de Jesus a favor dos desprotegidos, isto é, dos Índios que para os portugueses se apresentavam em manifesta inferioridade cultural e psicológica na competição econômico-social na qual estava sendo construído o Brasil” (Leite, 1945, Tomo III)

É inegável a existência de violência no processo de colonização na fase jesuítica - bem evidente nesses trechos da Obra de Serafim Leite: “em 25 de Dezembro de 1658 o Padre Antônio Vieira despachou dois Índios principais, com uma carta patente sua a todas as nações dos Nheengaíbas, na qual lhe segurava que, por benefício da nova lei de V.M., que ele fora procurar ao Reino se tinham acabado para sempre os cativeiros injustos, e todos os outros agravos que lhe faziam os Portugueses” (p.239); em 1671 os Índios Caicaís, com cuja nação se identificaram depois os Uruatis, matadores dos Padres ( no Itapicuru), temendo guerra com os Portugueses, fugiram e andaram de corso muitos anos, até que neste ano, por intermédio do P. Pedro de Pedrosa, pediram pazes ao Governador Pedro César de Meneses, que lhes concedeu, ajustadas com Bettendorff, então Superior da Missão, a data das pazes solenes foi em 10 de Setembro. (T. III, p.147); no ano de 1678 apareceram nas proximidades da Residência de Nossa senhora da Conceição os Índios selvagens. Um Índio dos Padres, já manso, subiu o rio para investigar quem seriam, e os bárbaros trepassaram-no com uma flecha, matando-o ( Tomo III). em 1692 Bettendof mandou prender dois Índios revoltosos (T.IV: p.130). Assim como a ocorrência do processo de aculturação e dominação, bem exemplificado num trecho do livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre: “ com a segregação dos indígenas em grandes aldeias parece-nos terem os jesuítas desenvolvido no seio das populações aborígenas uma das influências letais mais profundas. Era todo o ritmo de vida social que se alterava nos Índios. Os povos acostumados à vida dispersa e nômade sempre se degradam quando forçados à grande concentração e à sedentariedade absoluta.” (p.180)

Na Obra de Serafim Leite temos muitos exemplos, da ocorrência do processo de aculturação e dominação na fase jesuítica: batismos, casamentos e outros sacramentos.

Em 1563 no dia 6 de Maio, após a chegada em Iperoig, muitos sobem a bordo e, temendo ser salteados, pedem que desçam a terra dois portugueses

(um para cada aldeia de Tamoios); voltam mais Tamoios a bordo trazendo consigo uma índia que, ao reconhecer Padre Manuel da Nóbrega, convence os seus que podem ficar seguros (Tomo III). No biênio 1584-1585 batizaram-se mais de 3000 índios e casaram-se muitos em lei, entre outros serviços prestados à igreja; em 1585 Du Jarric conta que, tendo-se sublevado os Índios do interior, as autoridades recorreram aos Jesuítas. Foi lá um Padre, que pacificou os Índios e desceu 600 índios para se catequizarem. (T.III: p.395). A Aldeia de S. Francisco Xavier, no ano de 1730 tinha 779 índios, dos quais – quase a metade - 326 eram catecúmenos (T.III: p.191). Nestas passagens, percebe-se que às vezes a aculturação ocorria através do processo de assimilação e aceitação, por parte dos índios.

Notório em vários momentos da narrativa, de Serafim Leite, o elogio à Companhia de Jesus e à sua atuação como elemento mais preponderante do progresso moral do Brasil, valendo ressaltar que os jesuítas da Assistência de Portugal são “responsabilizados” pelo autor pela colaboração e implementação do progresso brasileiro, em especial devido à assistência prestada aos nativos – “(...) sob a suave e patriarcal direção dos Jesuítas, êstes selvagens viveram felizes e contentes (...)” (Leite, 1945, T.VI: p.556)

O autor, no Tomo IV: Séculos XVII e XVIII – Norte: A Obra e Assuntos Gerais, pouco menciona ataques, conflitos, enfim, algo sobre a resistência indígena, fornecendo uma idéia de que em relação aos nativos, os jesuítas não tiveram muitos agravantes. Dessa forma, suas atitudes se baseavam “ no realismo, não no idealismo. Nunca exaltaram o índio (...), assumiram uma atitude paternal, de quem não só vê as virtudes, mas ainda os defeitos do filho, e se sente disposto a defendê-lo, a educá-lo, se preciso, a castigá-lo” (Driver apud Holanda, 1959: p.372), bem evidente nessas duas passagens de sua Obra (1945): Em 1583 houve grande seca no sertão de Pernambuco. Desceram quatro ou cinco mil índios a pedir socorro aos brancos. Passada a seca, muitos voltaram; outros ficaram com os brancos, “ou por sua ou sem sua vontade” (Vol. III, p.495). Em 1558 o Padre Nóbrega envia um documento para Lisboa propondo a “Lei, que se deve dar aos índios”, e um duplo aspecto fundamental: Manter a justiça dos índios entre si; manter a justiça dos índios com os cristão portugueses (T.III).

Em muitos momentos os nativos foram escravizados, por exemplo em 1698 no Guamá, existiam cerca de cem índios Maranguases, indevidamente escravizados, e que os Jesuítas, examinado o caso, declararam livres (T.III: p.301) inclusive seus costumes e cultura; “ Pouco tempo falta para que a humanidade inteira estabeleça, proteja e garanta por meio do direito internacional o princípio seguinte: Não há propriedade do homem sobre o homem. A escravidão está em contradição com os direitos que confere a natureza humana, e com os princípios reconhecidos por toda a humanidade” (Bluntschli apud Nabuco, p.79).

### **6.3. LUTAS/ COMBATES/ MOTINS**

Com as revoltas, guerras, lutas, motins os índios procuravam combater os valores impostos pelos jesuítas ao seu modo de viver; se defendiam, resistiam e tentavam se preservar como podiam sua cultura.

As atitudes de resistência indígena ficam bem evidentes nas passagens que damos ênfase da Obra de Serafim Leite, por exemplo: em 1568 alguns brancos que tentaram passagem da Bahia a Olinda foram mortos pelos Índios, entre os quais se acolheram também muitos escravos fugidos das fazendas da Bahia. (T.III: p.439). Em 1574 os índios da Paraíba assolaram um engenho, e mataram quase todos os seus moradores. Resolveu o Ouvidor com muita gente ir castigá-los. Os índios, porém, fugiram, escondendo-se nas serranias. Seria difícil e perigoso ir lá. Voltou o Ouvidor para Pernambuco, contentando-se com lhes queimar as casas, roças e mantimentos para não servirem aos Franceses. (T.III: p.484).

Tais atitudes estão bem exemplificadas em outros exemplos, como no dia 11 de janeiro de 1608 quando os Índios Carijós atacaram a casa em que estava o P. Pinto. (T. III: p.08). Ou, em 1656, quando os Padres Pedro Pedrosa e Antônio Ribeiro, foram os primeiros jesuítas a atravessarem o Parnaíba; chamados por Vieira, na sua ida do Maranhão para Ibiapaba, tomando contato pela primeira vez, também, com os Teremembês, de cujas ciladas habilmente se livraram. (T. III: p.161)

Nos anos de 1656/ 1657 - Antônio Ribeiro, missionário de Ibiapaba, a chamado do Almojarife e do capelão da Fortaleza, chegou em Parangaba e outras aldeias vizinhas, para apaziguar a rebelião subsequente ao morticínio dos Anacés (T. III: p.85). Em 17 de outubro de 1658 a Rainha D. Luisa escreveu a André Vidal de Negreiros, insistindo na construção do forte do rio da Cruz ( Camocim), não só para impor respeito aos índios como para pôr a coberto os Padres de Ibiapaba das suas investidas. (T. III: p.24).

No ano da graça de 1679 a tropa de guerra, comandada pelo capitão-mor Vital Maciel Parente, saiu de S. Luiz a 15 de Abril. Depois de grandes trabalhos, encontraram os Teremembés, descuidados e destroçaram-nos a 6 de Junho, não poupando ninguém, que de 300 índios só se salvaram 37, sendo mortos homens, mulheres e crianças. E às crianças, escreve o Governador, os índios da expedição, travando delas pelos pés, mataram-nas cruelmente, “dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores”. (T. III: p.164).

Os relatos violentos continuaram em setembro de 1687 quando o P. Antônio Pereira estava com seu companheiro na sua Missão, quando se amotinou o gentio; e, fugindo ao Padre todos os seus doutrinados, o deixaram só. E vendo-se assim, quis passar para outra Aldeia e estando com o seu fato arrumado, veio outro gentio, que as vezes vinha a dita Aldeia, e deteve o Padre para que não fosse, que eles assistiriam com ele, e logo viriam muitos outros. Sossegou-se Padre, e foi dizer Missa. Estando nela, e ajudando o Padre seu companheiro, deram os bárbaros nele, e com suas armas que são uns fortes paus, quebraram a cabeça primeiro do P. Antônio Pereira, revestido e posto no altar, e logo a seu companheiro, e quatro índios crioulos, que o Padre levava consigo das Aldeias domésticas. (T. III: p.259).

Em Carta Régia de 31 de Março de 1688 El-Rei mandou agradecer ao Capitão-mor, Antônio de Albuquerque, pelo “castigo que deu aos Índios de nação Maraunus, que mataram ao Padre Missionário da Companhia, Antônio Pereira, estando revestido para dizer missa, e a seu companheiro o P. Bernardo Gomes, e puseram fogo à sua casa, com o que arderam os corpos, roubando o que acharam, e o mais pertencente à Igreja”(T. III: p.260)

Dessa forma, a afirmação de Aragão (1998) é procedente: “muito sangue correu no encontro do velho com o novo mundo, ou seja, encontro de duas culturas vivendo tempos históricos diferentes” (p.56), e, como foi

ênfatisado nas passagens selecionadas da Obra de Leite, os próprios jesuítas responderam a essas atitudes utilizando mais violência. Holanda (1959), reafirma, citando Anchieta em *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões* "para este gênero de gentes não há melhor pregação do que a espada e vara de ferro, na qual mais do que em nenhuma outra é necessário o *compelle* e os *intrare*" (p.186).

#### 6.4. REVOLTAS DA POPULAÇÃO

Além dos conflitos existentes entre índios e jesuítas, outro importante aspecto, do período colonial, fase jesuítica, seriam as revoltas da população, e as invasões do território brasileiro por outras nações, pois diretamente ou indiretamente, os índios foram envolvidos nessas questões, por exemplo, em alguns momentos lutavam junto aos jesuítas, em outros contra, aliando-se na defesa do território. Sem deixar de considerar, que às vezes eles eram motivo dos conflitos entre a população (colonos) e jesuítas. E com certeza, este aspecto, também, muito refletiu na violência durante o processo de colonização e de aculturação no Grão-Pará.

Em 1637, os holandeses invadiram a Capitania do Ceará com a conivência dos índios, em particular de *Amanáí*., e no Pará, nesse mesmo ano, o fundador da cidade, Francisco Caldeira foi deposto e algemado e em Maio o povo amotinou-se no Maranhão e matou com um tiro um frade franciscano em seu convento. Segundo Leite (1943) "não admira, em tal ambiente, que também se amotinasse contra os jesuítas, quando eles, em virtude das leis, eram os responsáveis pela liberdade dos Índios. Parece-nos vislumbrar, depois de contacto directo e diuturno com esta questão, que se dava nela o problema psicológico dos partidos políticos modernos: o partido da escravidão e o partido da liberdade, às vezes com posições irreduzíveis, em que as coisas chegavam a vias de facto, ou redundavam em pugnas de papelada que outra papelada desfazia, ou se comtemporizava com concessões mútuas." ( Leite, 1943, Vol.III p.44). Enfim, a questão consistia em "os colonos a querer mão livre no uso dos índios; a Companhia de Jesus, como instrumento de Estado, a regular êsse

uso, de acôrdo com leis contraditórias” ( Leite, Vol.III, 1943: p.44).

Porém como ficavam os índios diante dessa questão?! A respeito disso Gilberto Freyre (1992), em *Casa Grande & Senzala*, coloca “ Já não era o mesmo selvagem livre de antes da colonização portuguesa (...). Se índios de tão boa aparência de saúde fracassaram, uma vez incorporados ao sistema econômico do colonizador é que foi para eles demasiado brusca a passagem do nomadismo à sedentariedade; da atividade esporádica à contínua; é que neles se alterou desastrosamente o metabolismo ao novo ritmo de vida econômica e de esforço físico.” (p.225)

Entre Portugal e Holanda fez-se em 1641 “um tratado de trégua por dez anos. Mas os holandeses entre a sua conclusão e ratificação, apoderaram-se perfidamente de S. Luiz, a 25 de Novembro desse mesmo ano.” ( Leite, 1943, vol.III: p. 107)

Em 1643, Luiz Figueira voltava de Lisboa à Missão, e aproaram diretamente no Maranhão, mas encontraram a cidade ocupada pelos Holandeses, fizeram a volta do Pará e deram numa restinga na Ilha do Sol. No ano seguinte, em janeiro de 1644, os Índios do Ceará, revoltando-se contra os invasores (holandeses), sob pretexto de não lhes pagarem os salários estipulados, apoderaram-se do forte do Rio Ceará, trucidando a guarnição. (T.III,p.15), e no mesmo ano em 28 de Fevereiro os holandeses derrotados, abandonaram o Maranhão.

Em 1661, iniciam-se distúrbios na cidade de S. Luiz, com a prisão dos Padres do Colégio. O Padre Vieira, que do Pará ia a caminho do Maranhão foi surpreendido pela movimentação, “ficando os Missionários à mercê dos amotinados, com os concomitantes agravos da expulsão” (Leite, 1943,Vol.IV, p.54)

Quando Vieira chega ao Pará se comunica com a Câmara, porém depois de se trocarem cartas e explicações, a agitação se transforma em motim, e em 17 de julho o Colégio de S. Alexandre é assaltado e Vieira e os outros Padres, residentes na cidade, são presos e levados para casas particulares.

Em 8 de fevereiro de 1662 o novo Governador Rui Vaz de Siqueira embarca para o Maranhão, “encarregado de restabelecer a ordem, repara as injustiças, restituir os Padres e oferecer perdão geral ao povo, que não era o

mesmo que a impunidade.” (Leite, 1943, Vol.IV, p.69), e em 2 de junho do mesmo ano, publica-se o perdão geral.

A causa desse motim foi mais uma vez a questão da liberdade dos índios, “ e porque esta se não contenta com o que lhe permite as leis de Vossa Majestade, e não há outros que defendam as ditas leis e a liberdade e justiça dos Índios senão os Religiosos da Companhia, resolveram finalmente de tirar êste impedimento por tão indignos caminhos.” (Leite, 1943, Vol.IV, p.55)

A Provisão de 1 de Abril de 1680 regula o modo de fazer a repartição dos índios e encarrega a conversão destes aos religiosos da Companhia de Jesus. Porém a população do Maranhão estava descontente com esta repartição e “para obstar de algum modo êste descontentamento e para aumentar a mão de obra, criou-se uma *Companhia de Comércio* que em 20 anos introduzisse 10.000 negros da África no Estado e ao mesmo tempo assegurasse à Coroa o pagamento e riscos dos transportes. Para maior eficácia (...) organizou-se um monopólio ou *Estanco*, encarregado da venda de certos géneros de consumo, a preços fixos.” ( Leite, 1943, Vol. IV, p.72). O novo Governador Francisco de Sá e Menezes não conseguiu dominar o descontentamento, estalando, assim, em 1684, outro motim, inicialmente contra o Estanco e depois se manifestou contra o Governador e os Padres da Companhia de Jesus. Em 15 de Março de 1685, quando o novo Governador Gomes Freire de Andrade chegou, “já o veio cumprimentar a Câmara, e as tropas de terra uniram-se às que levava, e êle entrou desatourizando os amotinados.” (Leite, 1943, Vol.IV, p.83)

Fica evidente, que todos esses motins, revoltas e invasões, sempre têm um único ponto central – os indígenas, seja sua distribuição, liberdade, escravização, utilização do seu trabalho – sempre pretendendo a dominação dos povos nativos, de forma que “as doenças novas, foram-nas os índios atribuindo, e não sem certa razão, aos jesuítas. Em certos lugares, à aproximação dos padres, queimavam pimenta e sal para esconjurá-los. Tudo inútil, porém. O sistema escravocrata por um lado, e o missionário por outro, continuariam a sua obra de devastação da raça nativa, embora mais lenta e menos cruel do que na América espanhola ou na inglesa. E com aspectos criadores que se opõem aos destruidores.” (Freyre, 1992, p.222)

## 7. EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO

Após toda esta exposição fica clara a existência da violência e da aculturação no processo de colonização do Grão Pará no período colonial, fase jesuítica.

Pode-se identificar a ocorrência de um processo de aculturação, onde os costumes, hábitos, comportamentos e valores dos nativos, não são respeitados, sofrendo a imposição e mudança para os de uma outra cultura (dos colonizadores).

Esse processo foi permeado de muitos conflitos, violência, resistência, lutas, repressão e em alguns momentos de sujeição completa dos índios aos colonizadores.

Com a educação jesuítica foi-se destruindo a alma, costumes, hábitos e cultura dos povos nativos, desmoralizando e derrubando suas crenças. Dessa forma, o homem cristão moldou uma grande parte do novo mundo para satisfazer e alcançar seus próprios interesses mercantes e objetivos da divulgação da fé.

Durante o processo de aculturação identificamos a integração de elementos vindos de uma outra cultura, para os valores e crenças dos aborígenes. Da mesma forma, porém, muito mais intensiva, fica a identificação de uma assimilação, onde as tradições indígenas se submetem aos valores e modelos da sociedade dominante, perdendo sua identidade étnica, enquanto povos indígenas.

A sociedade indígena foi subordinada e sofreu uma inclusão pelas armas ao novo contexto colonial, levando à desintegração, quase que completa, das suas tradições.

Os índios recebiam o impacto da colonização, perdendo seu sossego e vendo-se em uma nova situação, que lhes exigia trabalho braçal, participação nas guerras, mudança de costumes, doutrinação e estratégias de sobrevivência. Não tinham condições de classificar e distinguir as diversas ações que sofriam, como a colonização e catequização, e nem os variados objetivos dos diferentes grupos, como os jesuítas, governo e colonos. Através

da colonização e catequização eram abusados e usurpados por todos os lados, por colonos, missionários e governo.

Porém, os índios não assistiam tranqüilamente à dominação da terra e de si mesmos, eles se defendiam, ou pelo menos tentavam, lutavam, matavam, fugiam, enfim resistiam como conseguiam. Mas, simultaneamente, eles obtinham uma resposta por parte do colonizador, através da violência, repressão e manipulação.

Esta violência acontecia em várias circunstâncias, através da escravização, dominação, guerras, lutas que são travadas nas relações sociais cotidianas entre indígenas e colonizadores, no processo de posse, ocupação e expulsão do território, comum entre dois povos de culturas diferentes. Não restando dúvidas que o colonizador se impôs pelas armas.

O processo de colonização e aculturação indígena durante a fase jesuítica do período colonial, na complexidade da relação colonizador/colonizado revela: violência, resistência e repressão, favorecendo uma compreensão mais ampla dos valores, hábitos e crenças presentes na História Educação Brasileira, uma vez que a história do presente guarda sua identidade e raízes nos primórdios da colonização, estabelecendo ligações entre o passado e o presente.

## ANEXO 1

Levantamento cronológico da obra de Serafim Leite (ANEXO 1), Tomo III – Séculos XVII e XVIII: Norte: Fundações e Entradas (ANEXO 2) e Tomo IV – Séculos XVII e XVIII – Norte: A Obra e Assuntos Gerais (ANEXO 3).

1541– Nóbrega celebrou a festa do Corpo de Deus, enquanto noutra cabana, os ÍndiosTamoios roíam a canela de um homem que tinham matado (T.III);

1549- Padre Nóbrega intervém a favor de uns índios Carijós que estavam injustamente cativos; o ouvidor geral mandou-os por em liberdade –este foi o primeiro ato de uma série de intervenções dos padres da Companhia de Jesus a favor dos desprotegidos, isto é, dos índios que para os portugueses se apresentavam em manifesta inferioridade cultural e psicológica na competição econômico-social na qual estava sendo construído o Brasil (T. III);

- A antropofagia, costume antinatural começa a ser combatido pelos padres da Companhia de Jesus (T.III);

1551 - Os meninos órfãos, os mamelucos e os filhos dos índios começam a fugir de suas aldeias para os padres (T.III);

- Guerra promovida pelo governador Tomé de Souza e cidade da Bahia contra um gentio de uma aldeia dos arredores que matara e comera quatro portugueses que foram de barco até a aldeia; a este gentio reunia-se outro do sertão. Muitos índios já batizados acompanhavam os moradores nesta guerra, a qual foi breve pois o gentio fugiu. A ida de Padre Manuel da Nóbrega à guerra inicia na Companhia de Jesus a “capelania militar” (T. III);

1552 -- Padre Manuel da Nóbrega chega a conclusão de que na dispersão em que viviam os índios não haviam garantias de perseverança, e fora da assistência dos padres não se educariam cristãmente os filhos indígenas (T.III);

1553 - Padre Manuel da Nóbrega escreve uma carta para Portugal, inicialmente pedindo que se investigue se ainda vive a mulher do português João Ramalho, para que este case com a índia mãe de seus filhos, e posteriormente pedindo dispensa dos impedimentos de afinidade, consangüinidade e honestidade pública para resolução de diversas questões

conjugais, as quais importava regularizar segundo as leis civis e religiosas (T.III);

1558 - Padre Nóbrega envia um documento para Lisboa propondo a "Lei, que se deve dar aos índios";

- Padre Nóbrega inclui um duplo aspecto fundamental na "Lei que se deve dar aos índios": Manter a justiça dos índios entre si; manter a justiça dos índios com os cristão portugueses (T.III);

1559 - Mem de Sá abre, com a ajuda dos índios aldeados pelos jesuítas, caminho de três léguas para homens e cavalos durante a guerra de Paraguaçu (T.III);

- Em carta ao provincial, padres e irmãos de Portugal, Padre Manuel da Nóbrega anuncia a decaída do costume de comer carne humana e o castigo daqueles que o fazem ( Julho) (T.III);

1560 - Cunhambebe, chefe Tamóio, que vivia na baía de Guanabara por esta data, ficou na história com fama de antropófago voraz. (T.III, p.361)

1563 - A varíola alastro-se, atingindo sobretudo os índios, e pela costa morreram 30.000 no espaço de dois ou três meses (T.III);

- Padres Nóbrega e Anchieta atravessam a aldeia de Pindobuçú a de Cunhambeba, onde Nóbrega celebra a missa festiva e cristã do Corpo de Deus; Enquanto Cunhanbeba na mesma aldeia convidava os da outra a participar de sua festa gentia, roendo, conforme relatos de Anchieta, a canela de um escravo dos Portugueses (T.III);

- Dia 6 de Maio, após a chegada em Iperoig, muitos sobem a bordo e, temendo ser salteados, pedem que desçam a terra dois portugueses (um para cada aldeia de Tamoios); voltam mais Tamoios a bordo trazendo consigo uma índia que, ao reconhecer Padre Manuel da Nóbrega, convence os seus que podem ficar seguros (T.III);

- Em 28 de Maio celebrou-se em Iperoig, na casa em que Padre Nóbrega se hospedava, a reunião para as pazes, na qual os Tamoios propuseram que os tupis contrários aos Portugueses se entregassem para estes os matarem e comerem. Entretanto, Nóbrega foi contrário a tal proposta ainda que a recusa viesse a custar sua própria vida como refém em Iperoig;

1568 - Alguns brancos que tentaram passagem da Bahia a Olinda foram mortos pelos Índios, entre os quais se acolheram também muitos escravos fugidos das fazendas da Bahia. (T.III, p.439)

1574 - Assolaram os Índios da Paraíba um engenho, e mataram quase todos os seus moradores. Resolveu o Ouvidor com muita gente ir castigá-los. Os Índios, porém, fugiram, escondendo-se nas serranias. Seria difícil e perigoso ir lá. Voltou o Ouvidor para Pernambuco, contentando-se com lhes queimar as casas, roças e mantimentos para não servirem aos Franceses. (T.III, p.484)

- Foram alguns Índios do Rio Real à baía a convidar os Padres para fundarem igrejas nas suas terras. O Provincial, verificando que o pedido era sincero, acedeu e enviou o P. Gaspar Lourenço e o Irmão João Salóni.(T. III, p.440)

- Se introduziu nas aldeias dos Índios a maneira de pregar, "que se tem com os brancos, para que em tudo vão já perdendo os costumes dos seus antepassados e afeiçoando-se aos nossos" ( T. III, p.156);

1575 - Os Índios da Paraíba do Norte destruíram um engenho de açúcar e mataram quase todos os seus moradores;

- 29 de Junho – Os Tamóios vieram e prenderam, de improviso, alguns Índios da cidade, que levaram e comeram. (T.III, p.426)

1576 - Os Índios Potiguares mataram 17 homens brancos e destruíram uma fazenda perto de Itamaracá (Pernambuco). (T. III, p.527)

1583 - Houve grande seca no sertão de Pernambuco. Desceram quatro ou cinco mil Índios a pedir socorro aos Brancos. Passada a seca, muitos voltaram; outros ficaram com os Brancos, "ou por sua ou sem sua vontade". (p.495)

1584 - No biênio 1584-1585 batizaram-se mais de 3000 Índios e casaram-se muitos em lei, entre outros serviços prestados à igreja;

1585 - Du Jarric conta que, tendo-se sublevado os Índios do interior, as autoridades recorreram aos Jesuítas. Foi lá um Padre, que pacificou os Índios e desceu 600 Índios para se catequizarem. (p.395)

1586 - Deu-se uma expedição de colonos da baía contra os Índios de Baepeba. (p.447)

1597 - Veio à baía uma embaixada de Índios a pedir que eles fossem lá missionar. (p.449)

1603 - Com a intervenção do P. Diogo Nunes, desceram 800 frecheiros (Potiguares) para socorrer a Bahia contra os Aimorés. (p.527)

1605 – Em Abril os Índios de S. Barnabé acompanharam o Governador Martim de Sá, em cinco canoas e ajudaram a tomar duas lanchas com cerca de 40 franceses. (p.435)

1608 - Dia 11 de janeiro, os Índios Carijós atacaram a casa em que estava o P. Pinto. (p.08)

1611 - O resultado do motim da Bahia foi a lei de 1611, que se baseou praticamente a de Dom Sebastião de 1570, confirmando a liberdade indígena mas admitindo cativos em guerra justa ou resgatado de morte, ou seja, permitia-se o ataque;

1637 – No dia 10 de maio, Francisco Caldeira, fundador da cidade foi deposto e algemado no Pará (T.IV,p.44)

- No dia 10 de Maio o povo amotinou-se no Maranhão e matou com um tiro um frade franciscano (T.IV,p.44)

1641 – No dia 28 de Abril – Ao chegar em Peniche, a população local quis matar ao Marechal e dia 29 quiseram matar e prender Fernando de Mascarenhas (T.IV,p.8)

1643 - O Padre Luís Figueira e um grande grupo de missionários, sofreram um naufrago, uns morreram durante o incidente, outros foram devorados pelos bárbaros da ilha do Marajó (Pará);

1644 - Em janeiro, os Índios do Ceará, revoltando-se contra os invasores (holandeses), sob pretexto de não lhes pagarem os salários estipulados, apoderaram-se do forte do Rio Ceará, trucidando a guarnição. (T.III,p.15)

1649 - A 28 de Agosto, os Tapuias Uruatis com seu principal Botiróu, mataram, no Itapicuru, os Padres Francisco Pires, Manuel Moniz, e dois Irmãos. (T.III,p.144)

1654 - Vigário Manuel Teixeira diz que Bento Maciel, Pedro Costa Favela, Pedro Teixeira e outros teriam destruído cerca de 2000000 de Índios de mais de 400 aldeias, porém o próprio autor (Serafim Leite), mostra que tais números são impossíveis (T.IV,p.137)

1655 - Maio- Francisco Muririba (índio Tobajara), leva cartas do governador, oferecendo perdão geral e esquecimento dos delitos aos Índios da serra, e que

se preparassem para receber os Padres da Companhia que os viriam doutrinar. (T.III, p.19)

- Em setembro ocorreu a Convocação da Junta de missões a respeito da guerra que faziam aos Portugueses os Índios da Ilha de Joane (T.III, p.237)

-Permissão de fazer guerra aos Aruãs e Anajás (T.III, p.237)

- Proibição de guerra aos Nheengaíbas (T.III, p.237)

- Setembro - para conquistar a Deus, para desfazer o encanto, e prevenir alianças com os Holandeses, o Governador André Vital de Negreiros, a pedido da Câmara do Pará, convocou a Junta de Missões , sobre a guerra que faziam aos Portugueses os Índios da Ilha de Joane. E resolveu-se que aos Aruãs e Anajás podia-se logo fazer guerra, porque eles a começaram, sem os Portugueses terem dado motivo. Aos Nheengaíbas não, porque algum motivo lhes tinham dado. Que a estes se propusessem primeiro as pazes e se eles não as aceitassem com as garantias necessárias, então lhes fizesse guerra.(p.237)

- Para propor as pazes aos Nheengaíbas organizou-se uma tropa sob o comando do sargento-mor Agotinho Correia. Da Companhia iam os P. João de Souto-Maior e Salvador do Vale. Mas apenas chegou às suas terras, os Índios desapareceram. (p.237)

- Em Maio, Francisco Muririba ( índio Tobajara), prestou-se corajosamente a levar cartas do governador, oferecendo perdão geral e esquecimento dos delitos aos Índios da serra, e que se preparassem para receber os padres da Companhia que os viriam doutrinar.( p.19)

1656 - Os Padres Pedro Pedrosa e Antônio Ribeiro, foram os primeiros jesuítas a atravessarem o Parnaíba; chamados por Vieira, na sua ida do Maranhão para Ibiapaba, tomando contato pela primeira vez, também, com os Teremembês, de cujas ciladas habilmente se livraram. (p.161)

1656/ 1657 - Antônio Ribeiro, missionário de Ibiapaba, a chamado do Almojarife e do capelão da Fortaleza, chegou em Parangaba e outras aldeias vizinhas, para apaziguar a rebelião subsequente ao morticínio dos Anacés. (p.85)

1658 - A 17 de Outubro, a Rainha D. Luisa escreveu a André Vidal de negreiros, insistindo na construção do forte do rio da Cruz ( Camocim), não só

para impor respeito aos Índios como para pôr a coberto os Padres de Ibiapaba das suas investidas. (p.24)

- Em dia de Natal, despachou o Padre Antônio Vieira dois Índios principais, com uma carta patente sua a todas as nações dos Nheengaíbas, na qual lhe segurava que, por benefício da nova lei

de V.M., que ele fora procurar ao Reino se tinham acabado para sempre os cativeiros injustos, e todos os outros agravos que lhe faziam os Portugueses. (p.239)

1659 - Em dia de Cinzas, quando já não se esperava, entraram pelo Colégio da Companhia os dois embaixadores, vivos e muito contentes, trazendo consigo sete principais Nheengaíbas, acompanhados de muitos outros índios das mesmas nações. (p.239)

1661 - Distúrbios iniciados em S. Luís não dominados pelo novo gov. D. Pedro de Melo, ficando os Missionários à mercê dos amotinados (população do Maranhão) (T.IV,p.54)

- Em 17 de Julho o Colégio de S. Alexandre foi assaltado. Vieira e os demais padres foram presos e levados para casas particulares (T.IV,p.58)

1663 - Aos Aruaquis fez nova entrada, com um Padre Mercenário, o cabo da tropa Antônio de Arnau Vilela, um dos amotinados de 1661. Conta Gaspar Misch que os Aruaquis lhe armaram ciladas e o mataram, e “parece que ele deu ocasião a isso”. (p.382)

1665 - Índios Paiacus, mataram sete Índios de Parangaba que vinham do Rio Grande do Norte para a sua Aldeia, e “os mensageiros que o Padre frei Pedro Francisco mandara à vizinha capitania do Rio Grande”. (p.86)

1668 - Diziam-se que os Curas não assistiam aos Índios cristãos, moribundos, nem lhes administravam a extrema-unção, nem o viático, nem os acompanhavam à sepultura (T.IV,p.240)

1671 - Os Índios Caicaís, com cuja nação se identificaram depois os Uruatis, matadores dos Padres ( no Itapicuru), temendo guerra com os Portugueses, fugiram e andaram de corso muitos anos, até que neste ano, por intermédio do P. Pedro de Pedrosa, pediram pazes ao Governador Pedro César de Meneses, que lhes concedeu, ajustadas com Bettendorff, então Superior da Missão, a data das pazes solenes foi em 10 de Setembro. (p.147)

1678 - Apareceram nas proximidades da Residência de Nossa senhora da Conceição os Índios selvagens. Um índio dos Padres, já manso, subiu o rio para investigar quem seriam, e os bárbaros trepassaram-no com uma flecha, matando-o.

1679 - A tropa de guerra, comandada pelo capitão-mor Vital Maciel Parente, saiu de S. Luiz a 15 de Abril. Depois de grandes trabalhos, encontraram os Teremembés, descuidados e destroçaram-nos a 6 de Junho, não poupando ninguém, que de 300 índios só se salvaram 37, sendo mortos homens, mulheres e crianças. E às crianças, escreve o Governador, os índios da expedição, travando delas pelos pés, mataram-nas cruelmente, “dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores”. (p.164)

1680 - Espanhóis e índios das reduções espanholas encontram dois capelões militares –Padres Manuel Álvares e Manuel Pedroso – idos do Rio de Janeiro com Manuel Lobo para a fundação da Colônia do Sacramento na margem esquerda do rio Prata, e os aprisionaram;

1684 - Motim no Maranhão contra o Estanco e depois contra o Governador e os Padres da Companhia de Jesus (T.IV,p.68)

- Padres Manuel Álvares e Manuel Pedroso são libertados no momento em que se restitui à Portugal a Colônia do Sacramento;

1687 - Setembro – O P. Antônio Pereira estava com seu companheiro na sua Missão, quando se amotinou o gentio; e, fugindo ao Padre todos os seus doutrinados, o deixaram só. E vendo-se assim, quis passar para outra Aldeia e estando com o seu fato arrumado, veio outro gentio, que as vezes vinha a dita Aldeia, e deteve o Padre para que não fosse, que eles assistiriam com ele, e logo viriam muitos outros. Sossegou-se Padre, e foi dizer Missa. Estando nela, e ajudando o Padre seu companheiro, deram os bárbaros nele, e com suas armas que são uns fortes paus, quebraram a cabeça primeiro do P. Antônio Pereira, revestido e posto no altar, e logo a seu companheiro, e quatro índios crioulos, que o Padre levava consigo das Aldeias domésticas. (p.259)

1688 – Em 31 de Maio El-Rei mandou agradecer ao Capitão-mor, Antônio de Albuquerque, em Carta Régia pelo “castigo que deu aos Índios de nação Maraunus, que mataram ao Padre Missionário da Companhia, Antônio Pereira, estando revestido para dizer missa, e a seu companheiro o P. Bernardo

Gomes, e puseram fogo à sua casa, com o que arderam os corpos, roubando o que acharam, e o mais pertencente à Igreja” (p.260)

1692 - Bettendorf mandou prender dois índios revoltosos (T.IV,p.130)

1693 - Tem- se notícias de que os Índios, fugidos aos Paulistas, se aldearam no Ceará-Grande, ao cuidado dos Jesuítas, cujo centro de atividade era o Açú e Apodi, no Rio Grande do Norte. (p.93)

1698 - No Guamá, existiam cerca de cem índios Maranguases, indevidamente escravizados, e que os Jesuítas, examinado o caso, declararam livres. (p.301)

1699 - Os Paiacus, uns aldeados pelo P. João da Costa, oratorianos, outros dispersos, tiveram que se haver com o mestre dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, que a 4 de Agosto os destroçou numa cilada. Este declarou que os Paiacus lhe armavam, assim se adiantou. (p.94)

1700 - A 16 de Março, os Índios Janduins atacaram a Aldeia de S. João no Apodi. (p.95)

1701 - Alguns tapuias Criguadus, vindos resgatar farinhas e mandiocas, não contentes com o que compravam e lhe davam os Tobajaras, deram para furtar e destruir as roças sem escapar as dos Padres. Os Padres com um grupo de Índios foram ao seu rancho repreendê-los. Mas eles receberam-nos em som de guerra. O seu chefe Matipucu, dependurou no ombro a itamarana, pos a seta no arco, bateu o pé, e apelidou os seus. Os Tobajaras prepararam-se para a luta e não valiam razões. Afinal, prevaleceu o respeito aos padres que impôs a retirada dos Critiguadus. (p.67)

1705 - P. Antônio Gomes levou uma paulada de um índio devido uma canoa, que o índio queria roubar (T.IV,p.170)

1713 – O Governador de Pernambuco Felix José Machado enviou ao Ceará o Padre João Guedes, com o fim de evitar que os índios aldeados se unissem aos revoltosos (p.68)

1719 - O gentio Guanaré, das margens do Itapicuru, enviou à cidade de S. Luiz oito índios da sua nação a pedir missionários. Ao mesmo tempo oferecia o seu concurso contra os Barbados que infestavam aquelas terras. (p.147)

- No dia 26 de Agosto, os soldados da fortaleza do Itapicuru, subiram logo, e três dias depois do morticínio realizado pelos Guanarés, recolheram o corpo do Padre João de Vilar, e o sepultaram na igreja de S. Miguel do Itapicuru. (p.150)

1722 - Se efetuou a redução dos Teremembés, das bocas do Parnaíba, por obra do P. João Tavares, cognominado o “apóstolo dos Teremembés”. Foram eles próprios que o pediram. (p.165)

1725 - P. Manuel dos Reis levou dois tiros de um índio devido uma canoa (T.IV,p.170)

1726 - Ano da pacificação dos Barbados. (p.152)

1728 - A 25 de Janeiro El-Rei ordena ao Governador do Maranhão que defenda os Teremembés e o seu missionário que há 5 dias tinha padecido trabalhos e fomes para aldear e que lhes conserve a Ilha dos Cajueiros que os Irmãos Lopes perturbavam, e que lhes prendessem. (p.166)

1730 - A Aldeia de S. Francisco Xavier, tinha 779 índios, dos quais 326 catecúmenos. (p.191)

1742 - Padre Luiz Álvaro tirou dos Índios Tapajós e Cainás cerca de 16 ídolos de corpos mortos (T.IV,p.305)

1745/ 1746 – O missionário jesuíta Aquiles Maria Avogadri, capelão oficial das tropas de resgates assina vários resgates, entre outubro e fevereiro, no arraial de Nossa Senhora da Penha de França e Santa Ana. Ao contrário do que sucedia nos registros de 1727, estes não indicam a que nação pertenciam os índios resgatados. (p.380)

1750 - Índios selvagens assaltaram a vila de Assunção, em Junho;

1755 - O P. David Fay, missionário dos Guajajaras, na Aldeia de S. Francisco do Carará, conseguiu praticar os Amanajós a que descessem e aldeassem. A redução dos Índios Amanajós, que por muito tempo tinham resistido à empresa da civilização, foi o último ato importante dos Jesuítas no Rio Pindaré. (p.195)

## ANEXO 2

Resenha da Obra “ História da Companhia de Jesus no Brasil – Tômô III: Séculos XVII e XVIII – Norte: Fundações e Entradas.

O século XVII abre a conquista do Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Nesta imensa área ficam os dois campos mais violentamente opostos do Brasil, a Amazônia e o Ceará.

A conquista do Amazonas iniciou-se na primeira metade do século XVII. Já a conquista do Maranhão e do Ceará foram escalões preliminares. A medida que se realizava uma nova conquista diminuía-se a importância da anterior. Ou seja, conquistando o Maranhão, o prestígio do Ceará foi baixado, tornando-se ponto de apoio e segurança para aquele. Conquistado o Amazonas, com a fundação de Belém do Pará, logo a hegemonia do estado do Maranhão se deslocou de S. Luiz para Belém.

A catequese dessas regiões se caracterizou pelo duplo aspecto dinâmico e estático, as entradas e os Aldeamentos; “só com os núcleos de povoação, Aldeias e Fortalezas, a cruz e a espada, o elemento moral e o elemento da autoridade, se fixavam com segurança os marcos civilizadores.”(p.XII)

Devido as condições particulares da América os Jesuítas foram, além de missionários, colonizadores.

Dessa forma, o Tomo III – “Norte: Fundações e Entradas” - trata da catequese, aldeamentos e da colonização do século XVII e XVIII nas Províncias do Ceará, Grão Pará, Maranhão e Amazonas.

Composto por quatro livros, onde cada qual, refere-se a uma Província ( Livro Primeiro – Ceará; Livro Segundo – Maranhão; Livro Terceiro – Pará; Livro Quarto – Amazonas), esta obra, realiza um relato minucioso, enfocando diferentes aspectos do estabelecimento dos Jesuítas nas diversas áreas – políticos, econômicos, sociais, culturais, educacionais, administrativos e o encontro entre índios e jesuítas, relatando até mesmo, ataques antropofágicos à Companhia de Jesus.

A atividade dos Jesuítas no Ceará abrange mais de um século e meio, e pode distribuir-se por seis períodos principais:

( 1607-1608) - é dos P. Francisco Pinto e Luiz Figueira: período precursor, de exploração e catequese transitória.

(1656-1662) - fundação da Missão de Ibiapaba por ordem do P. Vieira, com os P. Pedro Pedrosa, Antônio Ribeiro e Gonçalo de Veras.

(1662-1671) – período intermédio, nos confins da Fortaleza: Jacobo Cócleo e outros, cuja ação se desdobra entre Ibiapaba, Camocim, Fortaleza e Parangaba.

( 1691- 1759) – retoma-se Ibiapaba, definitivamente, com Ascenso Gago e Manuel Pedroso.

(1723-1759) – fundação do real Hospício do Ceará: P. João Guedes.

(1741-1759) – administração das Aldeias de Parangaba, Paupina, Paiacus e Caucaía.

### ANEXO 3

Resenha da Obra "História da Companhia de Jesus no Brasil – Tomo IV: Séculos XVII e XVIII – Norte: A Obra e Assuntos Gerais.

O Tomo IV: Séculos XVII e XVIII – Norte: A Obra e Assuntos Gerais, trata das atividades sócio/econômicas, assim como da cultura geral, lingüística, etnografia, arte, literatura, ensino e assistência religiosa. Enfim, retrata de forma ampla diferentes aspectos referentes a colonização e Missões do Maranhão e Grão-Pará.

A figura central desse tomo é Vieira, retratando aspectos de sua vida jesuítica, e das dificuldades por ele, encontradas no Brasil, mais precisamente, na colonização do Maranhão e Grão-Pará.

Esta Obra inicia falando de Vieira, seu nascimento, sua vida e entrada para a Companhia de Jesus e sua vinda para as Missões do Norte do Brasil.

Depois relata a questão da batalha de Vieira pela liberdade dos índios, dos motins com a população do Maranhão e Grão-Pará e questões que o levaram a ser expulso e preso, como por exemplo: "(...) desterrado de Lisboa e prêso desde 1693, inculpado de judaísmo e outros erros, Vieira foi condenado à privação de pregar e de voz activa e passiva para sempre, e a reclusão, por tempo indeterminado, numa casa da Companhia" (Leite, p.61); "(...) Vieira, alquebrado por uma recaída na velha doença, se levantou para ouvir a sentença, todos os seus confrades se levantaram com êle. Assim lhe davam a prova de solidariedade que lhe deviam, numa questão que no fundo era um ataque, não tanto às extravagâncias do seu espírito, como a algumas das qualidades que mais lhe realçavam a alma e a alguns dos esforços que mais lhe podem ganhar a simpatia da posteridade." (Leite, p.62).

Neste Primeiro Livro – A Magma Questão da Liberdade, o autor fala do Padre Vieira, realizando um paralelo com o início da Missão e chegada dos jesuítas ao Maranhão e Grão-Pará .

Nos demais Livros, Leite trabalha com aspectos específicos da Missão.

No Livro Segundo trabalha com a questão dos aldeamentos e catequese dos índios,

fornecendo um panorama geral de tais questões no Maranhão e Grão-Pará. A partir desse momento, inicia o relato das Aldeias e administração das mesmas, dos serviços dos padres, governo das Aldeias, Regime e, finalizando este Livro, da divisão das Aldeias da Amazônia e dificuldades enfrentadas pelos Padres nessas Aldeias e Missões.

O Livro Terceiro trata da questão econômica, propriamente da subsistência das

Missões do Norte. Falando do Ambiente Amazônico e sua importância econômica, dos bens da Companhia e dos Padres, das suas plantações e dos orçamentos.

Nos demais Livros, Livro Quarto – Regime Interno e Apostulado Externo e Livro Quinto – Ciências, Letras e Artes, Serafim fala do regime interno e apostulado externo, retratando questões mais específicas das Missões do Maranhão e Grão-Pará, como, por exemplo, de sua elevação a Vice-Província, sua dependência de Portugal, Ministérios, cultos, entre outros aspectos e por último, trabalha com a questão educacional, das Obras escritas, dos Estudos existentes e realizados no Maranhão e Grão-Pará, do Teatro, das peças. Enfim, retrata a cultura e educação do período em questão (século XVII e XVIII).

Este tomo, é bem amplo, sendo descritivo e detalhado, fornecendo um panorama amplo das Missões do Maranhão e Grão-Pará, engloba desde a chegada dos jesuítas até sua saída. Além, disso o autor, como já foi dito anteriormente, dá um grande destaque ao Padre Vieira e seus feitos nessa região.

É importante ressaltar, que em tal obra, pouco se menciona sobre ataques, conflitos, enfim, algo sobre a resistência indígena, fornecendo uma idéia de que em relação aos nativos, os jesuítas não tiveram muitos agravantes.

Aparece mais conflitos políticos dos Padres, como por exemplo, a expulsão destes, término da Missão e seu restabelecimento e até mesmo alguns motins com a população (não indígena) dessas regiões.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GOERGEN, Pedro & SAVIANI, Demerval (orgs.). Formação de professores: A experiência internacional sob o olhar brasileiro. Campinas, S.P. : autores associados, NUPES, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. (Dez Volumes). Lisboa, Portugal: Portugalia/ Rio de Janeiro: INL, 1945.
- MATTOS, Anibal. Joseph de Anchieta: seu IV Centenário em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Apollo, 1935.
- MEMMI, Albert. Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MOISÉS, Beatriz Perrone. *Índios Livres e Índios Escravos*. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura/ FAPESP, 1992.
- MOREIRA, C. de A. & RIBEIRO, Darcy. A Fundação do Brasil. Testemunhos 1500-1700. Petrópolis: Vozes, 1993.
- NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. São Paulo: Publifolha, 2000 ( Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- NEVES, L. F. Baeta. O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios. (Colonialismo e Repressão Cultural) Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- NOVAES, Fernando A . *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial*. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- PAIVA, José Maria de. O Papel da Catequese dos Índios no Processo de Colonização(1549-1600). Campinas: Dissertação de Mestrado da UNICAMP, 1987.
- PAIVA, Vanilda Pereira de. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 1973.
- WACHTEL, Nathan. *A Aculturação*. In: GOFF, Jacques Le. e NORA, Pierre. História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Coleção Ciências Sociais, 1976.

## 9. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano de. Capítulos da História Colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: Liv. Briguiet, 1954.
- AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BETTENDORF, João Felipe. Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1625-1698). Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1990.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura/ FAPESP, 1992.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GANDRA, José & CARVALHO, Marta Maria. Pesquisa Historiográfica: Retratos da Educação no Brasil. Rio de Janeiro: 1986.
- GOFF, Jacques Le. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GOFF, Jacques Le. e NORA, Pierre. História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Coleção Ciências Sociais, 1976.
- GOERGEN, Pedro & SAVIANI, Demerval (orgs.). Formação de professores: A experiência internacional sob o olhar brasileiro. Campinas, S.P. : autores associados, NUPES, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1956.
- História Geral da Civilização Brasileira- Período Colonial. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s.d.
- Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.
- Visão do Paraíso. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.
- LEAL, Hyrla Aparecida Tucci. A Evolução da Educação Humanista no Brasil, da Colônia à Primeira República: uma Abordagem Histórico-filosófica. São Paulo: T/USP, 1990.
- LEITE, Serafim S. J. Breve História da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760. Braga, Portugal: Livraria Apostulado da Imprensa, 1993.
- Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil. São Paulo:

- Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- História da Companhia de Jesus no Brasil.(Dez Volumes).  
Lisboa, Portugal: Portugalia/ Rio de Janeiro: INL, 1945.
- Histórias da Companhia de Jesus no Brasil, Século XVI.  
Lisboa: Est. Portugalia, 1938.
- Páginas da História do Brasil: as Primeiras Escolas do Brasil.  
Rio de Janeiro: Companhia de Educação Nacional, 1937.
- LOPES, Eliana Marta Santos Teixeira. Colonizador-Colonizado: uma Relação Educativa no Movimento da História. São Paulo: T/PUC, 1984.
- LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. Editora Nacional, 1983.
- MADUREIRA, J. M. A Liberdade dos Índios; a Companhia de Jesus, sua Pedagogia e seus Resultados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.
- MATTOS, Anibal. Joseph de Anchieta: seu IV Centenário em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Apollo, 1935.
- MEMMI, Albert. Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MONTEIRO, John. Negros da Terra, Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, s.d.
- MOREIRA, C. de A. & RIBEIRO, Darcy. A Fundação do Brasil. Testemunhos 1500-1700. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MOTTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. São Paulo: Publifolha, 2000 ( Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- NEVES, L. F. Baeta. O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios. (Colonialismo e Repressão Cultural) Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- NÓBREGA, Manuel da. Cartas ao Brasil. São Paulo: EDUSP, 1988.
- NOVAES, Fernando A. *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial.* In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- PAIVA, José Maria de. O Papel da Catequese dos Índios no Processo de Colonização (1549-1600). Campinas: Dissertação de Mestrado da

- UNICAMP, 1987.
- PAIVA, Vanilda Pereira de. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 1973.
- PARAHYM, Orlando. Cronologia da Educação no Brasil (1549-1951). Revista do Departamento Cultural, 3(7): 25-61, maio 1973.
- PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, Darcy. Os Brasileiros. I- Teoria do Brasil. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1981.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. História da Educação Brasileira: a Organização Escolar. São Paulo: Cortez, 1987.
- RODRIGUES, José Honório. História e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1970.
- SILVA, Maria Beatriz da. Cultura no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil antes de sua Separação e Independência de Portugal. Belo Horizonte: EDUSP, 1981.